

## IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NO ESTADO DA PARAÍBA

Getúlio Pamplona de Sousa (1); Fernanda Barbosa Ferreira (2); Adolfo de Luna Matias (3); Calline Neves de Queiroz Claudino (4); Orientador: Dr. José Irivaldo Alves de Oliveira Silva (5)

Mestrandos em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual da Paraíba, [getuliopamplona@hotmail.com](mailto:getuliopamplona@hotmail.com) (1); [fer.shinedown@gmail.com](mailto:fer.shinedown@gmail.com) (2); [petadolfo@gmail.com](mailto:petadolfo@gmail.com) (3); [callineq@gmail.com](mailto:callineq@gmail.com) (4); [irivaldo.cdsa@gmail.com](mailto:irivaldo.cdsa@gmail.com) (5)

### Introdução

Ao longo da história do Brasil e de modo particular do Estado da Paraíba, foram feitas diversas políticas públicas para proporcionar uma condição mínima de vida ou se propôs dar sustentabilidade para a população, principalmente, aquelas atingidas pela seca. Entre essas políticas, podemos citar a construção de açudes e por último o projeto de transposição do Rio São Francisco que em períodos mais críticos tem ajudado e se propõe a amortizar as necessidades mais urgentes. Sendo assim, o presente trabalho aborda o viés da escassez hídrica na Paraíba além de discutir as áreas que serão beneficiadas com o PISF<sup>1</sup>, palco de vários conflitos, mas que teve seu ápice em 1999, quando o Ministério da Integração Nacional assumiu o projeto que até então estava nas mãos do DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

Para Castro (2011) as atividades econômicas em geral da população do Semiárido, têm sido impactadas por consequências das vicissitudes climáticas da região. Dentre as atividades econômicas prejudicadas, a agricultura é possivelmente a que sofre os maiores prejuízos em anos de seca. Segundo o autor, a vulnerabilidade da agricultura praticada no Semiárido em função da escassez de água motivou políticas governamentais de irrigação. Entre elas, o Projeto de Transposição do Rio do São Francisco.

Recentemente, o governo federal implementou o Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, mais conhecido como Projeto de Transposição do São Francisco, prometendo aumentar a oferta hídrica para múltiplos usos em parte da região

---

<sup>1</sup> PISF: Projeto de Integração do São Francisco

semiárida, especialmente, os Estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Entre os benefícios esperados, inclui-se a dinamização de alguns projetos de agricultura irrigada para a região, mas recebe críticas quanto ao modelo utilizado na implementação do projeto.

Em se tratando de políticas setoriais, é comum aparecer conflitos, como bem ilustra Klaus (2000), uma política setorial peculiar leva a transformações significativas dos arranjos Institucionais em todos os níveis de ação estatal. O autor enfatiza a importância das análises das variáveis a serem consideradas.

A problemática tem sido discutida há mais de um século. O PISF emergiu com a atribuição de solucionar a deficiência hídrica no Semiárido setentrional entre outras regiões, tendo como principal motivação a segurança hídrica no que se refere ao abastecimento humano e animal. No entanto, será preciso saber se o simples aumento da oferta d'água solucionará, de fato, os seculares problemas do Semiárido. Contudo, a água do Rio São Francisco já corre em território paraibano, através do eixo leste da transposição, começando pelo município de Monteiro, no Cariri da Paraíba, a 305 km da Capital (GUIMARÃES, 2016).

O objetivo deste trabalho é analisar quais serão os prováveis impactos entre as políticas públicas da transposição do rio São Francisco destinado ao Estado da Paraíba com foco nas perspectivas socioeconômicas. Ao longo deste trabalho, serão levantadas evidências sobre a hipótese da falta de governança entre as políticas públicas e as comunidades locais, faltando transparência no uso da água ficando as populações a saber os verdadeiros objetivos do projeto, se será para expandir as fronteiras do agronegócio, beneficiando sobretudo, latifundiários ou se será destinada à população local ao uso urbano e industrial e para irrigação da agricultura.

A pesquisa justifica-se por ter-se a necessidade de estudar como será o uso das águas do São Francisco no Estado da Paraíba, assim também, como procurar entender quais são os prováveis impactos socioeconômicos para a região em estudo.

## **Metodologia**

A metodologia usada nesta pesquisa teve como abordagem estudos qualitativos, utilizando-se como instrumentos de coleta de dados os levantamentos bibliográficos. Em um primeiro momento, a investigação se deu por meio de fontes secundárias em materiais publicados e disponibilizados em sites especializados no tema, e posterior leitura e análise dos trabalhos

selecionados a partir de textos trabalhados na disciplina: Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais aos quais foram discutidos em sala de aula e além de outros textos pesquisados na literatura existente sobre o tema e citados nas referências. E ainda tomamos como base textos de diversos autores que estudam o desenvolvimento socioeconômico, contribuindo para o entendimento das políticas públicas empregadas no Projeto de Integração do Rio São Francisco.

## **Resultados e Discussões**

Desde o início do século XX, as políticas governamentais de irrigação no Semiárido do Nordeste eram motivadas para o combate a pobreza, nesse contexto, foram feitos investimentos federais para criação de novas reservas de água para irrigação, a partir da construção de açudes. Posteriormente, foram implantadas, muitas vezes de forma descontínua projetos de irrigação, com a construção das infraestruturas de reservação e distribuição de água e com o assentamento de colonos nas áreas servidas pelo projeto. Nessa fase, era restrito o papel do governo nas ações de apoio à irrigação, com crédito, capacitação de recursos humanos, extensão rural e desenvolvimento tecnológico (NETO, 2001).

Segundo Bourdieu (2002), o Estado age a partir da racionalidade e é representado pela a sua legitimidade, o autor define como sendo o Estado o elo que consiste a integração lógica e a integração moral do mundo social que é a condição mesma dos conflitos a propósito do mundo social. Isso é possível, segundo ele, porque para que haja o próprio conflito sobre o mundo social é preciso haver uma espécie de acordo sobre os terrenos de desacordo e sobre os modos de expressão do desacordo.

Para Castro (2011) um dos impactos causados pela a transposição do São Francisco, é a questão da agricultura irrigada sobre a criação de empregos no Nordeste Setentrional, em função da magnitude do investimento que for realizado para se ampliar a área irrigada nessa região após a entrada em funcionamento do Projeto de Transposição. Segundo o autor, a CODEVASF<sup>2</sup> estima que para se gerar um emprego na área de irrigação é necessário um investimento entre US\$ 2 mil a US\$ 20 mil (essa estimativa considera o dólar de maio de 2003) bem menor do que o investimento mínimo necessário requerido por outras atividades econômicas para a geração de um emprego, que varia de um investimento mínimo de US\$ 12.300 para a indústria de madeira/móveis até US\$

---

<sup>2</sup> Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

47.300 para a indústria automobilística. O autor, ainda enfatiza outro possível impacto do desenvolvimento da agricultura irrigada no Nordeste Setentrional é sobre a renda obtida pela população agrícola.

Por outro lado, as principais críticas em relação à transposição, dizem respeito ao custo, aos impactos ambientais e a quem a obra, de fato, trará benefícios. Para Rebouças (1997) projetos como o da transposição do rio São Francisco já se tornaram objetos de manipulação política clientelista. Segundo o autor, os problemas ligados à falta de água na região do Semiárido “resultam basicamente da falta de um gerenciamento efetivo das ações desenvolvimentista”. O autor ainda destaca que “existe exorbitante cultura preferencial pelo projeto mais caro e fotogênico de barramentos dos rios”.

Para Suassuna (2006), a transposição teria um custo-benefício desprezível. Com base nessa afirmação, o autor aponta que o projeto é desnecessário, por que desconsidera a existência do expressivo volume d’água local, que poderia atender às necessidades de toda população. O autor enfatiza que seria mais viável tratando técnica e economicamente a questão quanto ao estabelecimento de uma política coerente de uso das águas que já existem.

De acordo com o Ministério da Integração Nacional, 127 municípios da Paraíba serão beneficiados pela Transposição, refletindo no melhoramento da qualidade de vida de mais de 2 milhões de pessoas. O projeto quer garantir a segurança hídrica ao Estado. Trata-se de uma grande obra de aporte hídrico, que tem por objetivo assegurar a demanda de água para a região que mais sofre com a irregularidade das chuvas e com prolongados períodos de escassez. O fornecimento destas águas será para o consumo humano e animal, para a irrigação e para criação de peixes.

O Ministério da Integração Nacional apresenta como justificativa para a necessidade da realização do projeto da transposição do São Francisco, o fato da região Nordeste possuir apenas 3% de disponibilidade hídrica e ter 28% da população brasileira e ainda apresentar internamente uma grande irregularidade na distribuição dos seus recursos hídricos, uma vez que o rio São Francisco apresenta 70% de toda a sua oferta regional (GUIMARÃES, 2016).

No Estado da Paraíba, o eixo leste do PISF permitirá o aumento da garantia da oferta de água para diversos municípios da bacia do Rio Paraíba. Tal oferta será garantida a partir de uma

necessária interligação com as adutoras (GUIMARÃES, 2016). Entretanto, é evidente que o aumento da oferta de água por si só não será o caminho da solução dos problemas do Semiárido.

De acordo com Rebouças (2000), entre os fatores que mais contribuem para a situação de crise hídrica no Brasil podem ser destacados: Crescimento rápido e desordenado das demandas; Degradação da qualidade dos mananciais devido ao lançamento irregular de efluentes domésticos não tratados e disposição irregular de resíduos sólidos; Baixa eficiência dos serviços de saneamento básico caracterizada pelas grandes perdas de água tratada nas redes de distribuição (entre 25 e 60%); E, predominância de métodos de irrigação de superfície cuja eficiência média é de apenas 30%.

## **Conclusões**

O projeto de transposição do Rio São Francisco é uma obra de extrema importância para solucionar a deficiência hídrica no Semiárido Setentrional, tendo como principal motivação a segurança hídrica no que se refere ao abastecimento humano e animal, para a irrigação e para criação de peixes o que promoverá geração de renda. Assim o PISF traz para a população uma perspectiva de esperança, na medida em que se propõe a desenvolver a região promovendo o progresso econômico e a melhora na qualidade de vida.

O PISF trará impactos positivos para a região, principalmente, para a agricultura irrigada, sendo necessário investir quantias em dinheiro bem inferior das que serão necessários para desenvolver outras atividades, principalmente na proporção de geração de emprego e renda. Por outro lado, trará também impactos negativos, principalmente, impactos ambientais, políticas clientelistas, falta de gerenciamento das águas etc..

Podemos concluir que o projeto apesar de estar sendo implementado com o modelo que recebe críticas quanto aos custos e também por desprezar a existência de água na região, quando poderia fazer as interligações dos reservatórios já existentes, irá proporcionar o desenvolvimento socioeconômico da região em estudo, gerando impactos macroeconômicos e diminuindo as disparidades inter-regionais.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; oferta hídrica; agricultura irrigada

## Referências

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. 1ª Edição. São Paulo. Companhia das Letras. 2002.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Projeto de integração do rio São Francisco**: com bacias hidrográficas no nordeste setentrional (Relatório de impacto ambiental – RIMA). Brasília - DF. jul. 2016. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/documents/10157/3675235/RIMA+JULHO+2004.pdf/78989068-cf76-4ab5-bf01-3b45473db7f9>. Acesso em: 30 mai. 2017.

CASTRO, César Nunes de. **Impactos do Projeto de Transposição do Rio São Francisco na Agricultura Irrigada no Nordeste Setentrional**. IPEA, Rio de Janeiro, 2011.

GUIMARÃES, B. S. **A Transposição do Rio São Francisco**: análise da efetividade do projeto. Monografia para a obtenção do grau de Bacharel em Engenharia Civil. UFPB. João Pessoa, 2016.

KLAUS, Frey. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes a pratica da análise de políticas públicas. IPEA, n. 21, junho. 2000

NETO, O. M. C. Aspectos institucionais dos recursos hídricos no Nordeste. In: SAWER, D. **Disponibilidade de água e fruticultura irrigado no Nordeste**. Brasília: ISPN, 2001. p. 39-59.

REBOUÇAS, A. C. **Água na região Nordeste**: desperdício e escassez. Revista de Estudos Avançados. São Paulo (SP), 1997. p. 127-154.

\_\_\_\_\_. **Água na regioao Nordeste**: desperdício e escassez. Estudos Avançados 11, Recife, 2000.

SUASSUNA, João. **Transposicao do São Francisco**: um projeto desnecessário. Repórter Brasil, Recife (PE), 2006. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2006/06/artigo-transposicao-do-sao-francisco-um-projeto-desnecessario/> Acesso em: 03 de out. 2017.